

Projeto arquitetônico e participação popular: as dimensões formais, simbólicas e políticas da moradia e da habitação em assentamentos de reforma agrária

Fernando de Paula Cardoso



Graduando em Arquitetura e Urbanismo UFV, bolsista BIC/FAPEMIG. Universidade Federal de Viçosa, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Viçosa [Minas Gerais]. Brasil. <bombadipaula@yahoo.com.br>.

Ivo Jucksch



Docente DPS/UFV, Coordenador. Universidade Federal de Viçosa, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Viçosa [Minas Gerais], Brasil.

Maristela Siolari da Silva



Docente DAU/UFV, Colaboradora. Universidade Federal de Viçosa, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Viçosa [Minas Gerais], Brasil.

Leonardo Sonoda Hironaga



Graduando em Arquitetura e Urbanismo UFV, bolsista PIBEX/UFV. Universidade Federal de Viçosa, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Viçosa [Minas Gerais]. Brasil.

Augusto Duarte de Castro



Técnico ARCA-ZM/MST. Universidade Federal de Viçosa, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Viçosa [Minas Gerais]. Brasil.

Apresentado no 4º Seminário de Arquitetura Rural. Campinas [SP], 2009.

Resumo

O tema da habitação em assentamentos de Reforma Agrária tem se apresentado problemático devido à falta de assistência técnica específica e políticas públicas adequadas a aspectos ambientais, sociais, econômicos, culturais e regionais. Diante disso pesquisadores-extensionistas de várias partes do país tem coordenado junto às famílias assentadas o processo de projeto arquitetônico de suas moradias. Nesse sentido, este trabalho vem apresentar resultados parciais da pesquisa-ação desenvolvida por pesquisadores-extensionistas da Universidade Federal de Viçosa [MG], realizada pelo projeto “A participação das famílias nos projetos de habitação, saneamento e produção em assentamentos de Reforma Agrária” no assentamento Olga Benário, localizado no município de Visconde do Rio Branco [MG].

Palavras-chave

Projeto arquitetônico, assentamentos de reforma agrária, participação popular.

Architectural design and popular participation: the formal, symbolic and political dimensions for dwelling and housing in agrarian reform settlements

Abstract

The issue of housing in settlements promoted by Agrarian Reform has been a problem due to lack of technical assistance and appropriate public policies with regard to environmental, social, economic, cultural and regional issues. As a consequence of this fact many groups of Research and Extension around the country, has coordinated with the settled families the process of architectural design of their homes. This work aims is to present partial results of research developed by researchers and extension agents from Federal University of Viçosa [MG], held by the project “Participation of

households in housing projects, sanitation and production in Agrarian Reform settlements” in the settlement Olga Benário, located in Visconde do Rio Branco [MG].

Keywords

Architectural design, agrarian reform settlements, popular participation.

A habitação em assentamentos de reforma agrária

A problemática da habitação – tão discutida em âmbito urbano e atendida por políticas específicas no Brasil desde meados da década de 1930 – entrou em cena nos assentamentos de reforma agrária e tem chamado a atenção para a necessidade de se formular políticas públicas adequadas ao modo de vida rural. No entanto, pouco tem sido feito nesse sentido, até mesmo no meio urbano, excetuando-se as iniciativas de pesquisadores-extensionistas de várias partes do país interessados pela habitação em assentamentos de reforma agrária, atuando como coordenadores do processo que vai do primeiro contato com as famílias a construção das moradias. Este processo consiste, na maioria dos casos, na coordenação da aplicação dos recursos concedidos pelo INCRA, via programa Crédito Instalação ou CEF (Caixa Econômica Federal), em programas de financiamento da moradia.

O Programa Crédito Instalação consiste no provimento de recursos financeiros, sob forma de concessão de crédito, aos beneficiários da reforma agrária, visando assegurar os meios necessários para instalação e desenvolvimento inicial e/ou recuperação dos projetos do Programa Nacional de Reforma Agrária.

O programa se divide em modalidades, sendo as de interesse da discussão, a Aquisição de Materiais de Construção, no valor de R\$15.000,00, e a Recuperação de Materiais de Construção, no valor de até R\$5.000,00, que consiste na concessão de recursos para famílias que habitarão estruturas pré-existentes da fazenda que necessitam de reformas (INCRA, 2009). Além dos créditos, o INCRA disponibiliza um modelo de moradia e um técnico (geralmente da área das ciências agrárias) que coordenará o acesso e aplicação dos recursos, ficando a família responsável pela execução da obra, já que o pagamento de mão-de-obra especializada inviabilizaria o projeto.

A abordagem feita pelo INCRA à questão da habitação nos assentamentos não difere muito daquelas apoiadas pelo governo em âmbito urbano, salvo alguns casos. O foco na histórica necessidade de superação imediata do déficit habitacional e a falta de interesse político pela resolução da problemática em âmbito qualitativo resulta na imagem comum dos conjuntos habitacionais espalhados pelas periferias do país. Imagem hoje, transmitida aos de assentamento de reforma agrária.

Comparado ao programa Crédito Instalação – que na verdade consiste na provisão de recursos para a compra de materiais de construção e reforma de moradias, e não numa política habitacional –, o ataque à questão da habitação em âmbito urbano tem sido (mesmo com muitas ressalvas) mais sistemático, devido às experiências

acumuladas desde que se discute habitação no país. Já para o caso da habitação nos assentamentos de reforma agrária, não existe política específica e experiência suficiente para a definição de planos mais coerentes com a realidade rural. No programa Crédito Instalação, cabe à família a função de coordenar o processo, pois não há acompanhamento sistemático da obra por arquitetos, engenheiros civis e demais profissionais relacionados à área. Ao técnico fornecido pelo INCRA cabe a função de aprovar a liberação dos recursos de acordo com as fases da obra, executada pelas famílias em regime de mutirão e geralmente sem capacitação para a realização de atividades de canteiro de obras.

Conseqüentemente, são construídas habitações muito parecidas com barracos, mas em alvenaria. Habitações que sofrerão modificações quase sempre comprometedoras da qualidade de vida e conforto de seus moradores. Exemplo disso é a questão do fogão à lenha:

No projeto das casas construídas em conjuntos habitacionais urbanos não consta tal item. No entanto, o fogão à lenha é indispensável no meio rural. Mas como a casa é pensada da mesma maneira nos dois meios (rural e urbano), a família assentada se encarrega de anexar à parede da área de serviço – que não passa de um tanque sob o beiral – um fogão à lenha coberto por uma varanda em geral construída com madeira roliça e telhas de cimento-amianto, fibrocimento ou até mesmo lona. Sua cozinha de uso mais intenso passa a ser então esse espaço esfumaçado e em chão batido, e sua pia o tanque de lavar roupas. Situação como a apresentada resulta do desinteresse político pela formulação de planos de ação mais efetivos e coerentes.

Sabendo disso, pesquisadores-extensionistas, em geral das áreas da arquitetura e da engenharia civil, têm desenvolvido projetos com o objetivo de coordenar junto às famílias assentadas a aplicação dos recursos do programa Crédito Instalação de modo mais efetivo. O Habis (Grupo de Pesquisa em Habitação e Sustentabilidade Escola de Engenharia de São Carlos), por exemplo, tem acumulado experiências sobre habitação em assentamentos de reforma agrária do interior de São Paulo, destacando-se o projeto desenvolvido no assentamento Pirituba, em Itapeva-SP, em que o objetivo foi integrar o uso de recursos locais na construção das moradias e a participação dos futuros moradores no projeto arquitetônico. A diferença é que nesse caso os recursos aplicados não vieram do programa Crédito Instalação, mas do ITESP (Instituto de Terra de São Paulo), por meio de solicitação das famílias assentadas.

Com base nas experiências do grupo Habis, o projeto “A participação das famílias nos projetos de habitação, saneamento e produção em assentamento de Reforma Agrária”, coordenado por pesquisadores-extensionistas dos departamentos de Arquitetura e Urbanismo, Engenharias Civil e Ambiental, Economia Doméstica, Solos e Comunicação Social da UFV (Universidade Federal de Viçosa, MG), atua no Assentamento Olga Benário, localizado no município de Visconde do Rio Branco [MG], a 50 km da UFV, com o objetivo de planejar junto às famílias a habitação integrada a sistemas de saneamento básico mais ecológicos e aos fluxos da produção agrícola no assentamento.

O projeto

Os primeiros contatos com o tema da habitação em assentamentos de reforma agrária foram iniciados em março de 2007, quando o projeto “Cores da Terra” ministrou cursos de capacitação para a produção e aplicação de tintas a base de terra em assentamentos de Minas Gerais que estavam em vias de acessar os recursos do programa Crédito Instalação ou na fase de acabamento das moradias.

Em geral, as situações vivenciadas nos assentamentos demonstraram as dificuldades enfrentadas pelas famílias durante o processo, que consistia em aceitar ou não o modelo de casa pré-estabelecido pelo INCRA, sem assistência especializada para a execução da obra. Diante disso, a sensação era ao mesmo tempo de euforia, devido à mudança do barraco de lona para a “casa de material”, e desespero, devido à falta de experiências e de apoio, diante de tudo o que envolve a construção simultânea de um grande número de moradias.

Concomitantemente, técnicos da AESCA-MG (Associação Estadual de Cooperação Agrícola), ligada ao MST (Movimento dos Sem-Terra), apresentaram ao grupo de pesquisa da UFV ligados ao projeto Cores da Terra a possibilidade de desenvolver uma experiência modelo de coordenação da aplicação dos recursos do Crédito Instalação no Assentamento Olga Benário. As intenções de início discutidas com os técnicos foram de promover a participação das famílias durante o processo e integrar as ações do projeto com as de outros que atuam no assentamento, em torno da produção agrícola. Também foi demandado o desenvolvimento e aplicação de sistemas ecológicos de esgotamento sanitário, de modo a evitar a contaminação da água no assentamento.

Já com possibilidades de atuação definidas, a equipe submeteu a proposta de projeto ao edital de Extensão em Interface com a Pesquisa da FAPEMIG (Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais), e obteve recursos para subsidiar o projeto “A participação das famílias nos projetos de habitação, saneamento e produção em assentamento de Reforma Agrária”.

O método adotado foi a pesquisa-ação que, segundo Thiollent (1996), pode ser utilizada quando há simultaneidade entre a pesquisa e a resolução de um problema coletivo, no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Para facilitar a interação com as famílias, a equipe do projeto se inseriu na estrutura político-organizativa do MST no assentamento, utilizando-se das instâncias pré-existentes para planejar e realizar as atividades. Outro ponto importante foi o da constituição de uma equipe interdisciplinar – com professores, estudantes e parceiros das áreas da arquitetura e urbanismo, engenharias civil e ambiental, economia doméstica, solos e comunicação social – e a capacitação para a ação junto às famílias, que consistiu na realização de seminários sobre extensão universitária, a questão da habitação no país, participação popular e luta pela terra,

seguidos de discussões e visitas ao assentamento para levantamento de dados, sistematização e definição de estratégias.

O Assentamento Olga Benário

A fazenda Santa Helena foi uma área de produção de cana-de-açúcar pertencente à Usina Açucareira Riograndense, sendo adquirida pelo último proprietário através de carta de arrematação em 11 de junho de 1999. Sob posse INCRA, a fazenda foi ocupada por integrantes do MST em junho 2005, estabelecendo o Assentamento Olga Benário.

A maioria das famílias assentadas vem de municípios da região metropolitana de Belo Horizonte e do Sul de Minas, havendo também famílias da região de Visconde do Rio Branco. Durante o processo de conquista da terra a maioria das famílias estava acampada e algumas eram agregadas da antiga Fazenda Santa Helena.

A organização sócio-política das famílias do Assentamento Olga Benário é um reflexo da experiência e organização prévia das famílias, desenvolvida durante os anos de acampamento, tendo como princípio o processo histórico de organicidade do MST.

As instâncias presentes no assentamento são: a Assembléia, que possui um caráter deliberativo e informativo, e ocorre de acordo com a necessidade; a coordenação, que tem a função de levantar e discutir os problemas e demais assuntos de interesse geral do Assentamento, dando os devidos encaminhamentos após consulta coletiva ao Núcleo de Base ou assembléia; o Núcleo de Base, que tem a função de reunir o conjunto de assentados, sendo que no Assentamento Olga Benário as famílias se dividem em três: Núcleo Santa Helena (composto por 12 famílias), Núcleo Lênin (9 famílias) e Núcleo União (9 famílias); e Setores e Equipes, sendo Saúde, Educação, Produção, Finanças, Meio Ambiente, Alimentação, Higiene e Esporte.

Projeto arquitetônico e participação popular

A literatura sobre a participação popular – camponesa – no projeto arquitetônico remonta o projeto de Nova Gurna, no Egito, coordenado por Hassan Fathy. No livro “Construindo com o Povo: Arquitetura para os pobres”, o arquiteto apresenta o processo e não um método, com as dificuldades que permeiam a habitação pensada para e com os pobres num momento em que os arquitetos de sua geração copiavam estilos arquitetônicos na Europa e implantavam-nos no Egito, desconsiderando tradições construtivas, as quais Fathy buscou resgatar e implantar durante sua vida.

Queria evitar, a qualquer preço, a atitude tão comum entre os arquitetos e planejadores profissionais quando confrontados com uma comunidade de camponeses, e que consiste em achar que ela não tem nada que mereça a

consideração deles, que todos os seus problemas podem ser resolvidos pela importação de uma abordagem urbana sofisticada em relação à construção. Queria, se possível, superar o abismo que separa a arquitetura popular daquela feita pelo arquiteto (FATHY, 1980. p. 60-61).

Fathy (1980) apresenta como principal percalço do processo a burocracia e o desinteresse do governo pela iniciativa de utilizar tijolos de adobe, que comprovadamente representaria ganhos em termos de economia e tempo. Mas que, no entanto questionavam os interesses da indústria do cimento. Além disso, a população de Gurna Velha, Egito, negava-se a deixar sua aldeia, exercendo todo tipo de resistência a mudança.

Akemi Ino e Lúcia Shimbo, do grupo Habis, também relatam suas experiências com a participação popular camponesa e deixam como reflexão a necessidade de analisar “o processo de constituição dessa arena, na perspectiva de se verificar em que medida se dá o compartilhamento do diálogo entre os diversos sujeitos” (INO e SHIMBO, 2005. p. 19).

Nesse caso, a principal dificuldade encontrada pelas pesquisadoras estava na resistência ao uso de materiais e técnicas construtivas não-convencionais – o principal objetivo do projeto –, que contrastava com anseios e concepções de casa trazida pelas famílias.

Apesar das tentativas e mudanças nas estratégias de ação, atuando na capacitação das famílias para a produção dos componentes construtivos,

[...] o canteiro de obras não cumpriu seu objetivo inicial, seja pela dificuldade em organizar as famílias para a construção, seja pela interrupção (ao finalizar a etapa de fundação) que acarretou num reduzido tempo de obras, que tampouco poderia servir como parâmetro para se constituir um processo de aprendizado e de capacitação (INO e SHIMBO, 2005. p. 18).

Com base nas experiências relatadas, a equipe do projeto “A participação das famílias nos projetos de habitação, saneamento e produção em assentamento de Reforma Agrária” percebeu a importância de sua inserção política na dinâmica organizativa do MST, o que permitiria uma maior aproximação com as famílias e assim o compartilhamento de um diálogo mais sensível. O que, naturalmente, não impediria o surgimento de problemas e conflitos.

A fase de projeto arquitetônico no Assentamento Olga Benário

Para a realização das atividades sobre o projeto arquitetônico, as famílias cederam espaço nas reuniões quinzenais dos Núcleos de Base, das quais a maioria participava, assim sendo possível contar sempre com um número considerável de pessoas. A realização das atividades com os grupos de famílias sempre foram precedidas de reuniões com representantes das mesmas para planejamento e reorientação das estratégias de acordo com as necessidades. E, sempre ao final de

cada atividade, abria-se espaço para discussão e avaliação, momento em que os métodos utilizados eram colocados a prova e repensados conjuntamente.

Mesmo em vias de acessar os recursos para a construção das moradias, as famílias assentadas já habitavam casas provisórias por elas construídas ou casas pré-existent, construídas para os operários da antiga fazenda. Sendo assim, já era possível perceber o modo de vida e comparar as atuais moradias com aquelas das quais as famílias necessitavam, o que foi feito por meio da vivência de membros da equipe com as famílias, que os recebiam aos finais de semana para pernoitar e assim acompanhar suas rotinas diárias.

As vivências eram precedidas de reuniões da equipe para o planejamento do levantamento de dados, que consistia na percepção apurada do modo de vida da respectiva família, com base em roteiro e relato da experiência; o que se tornava referência para o planejamento das atividades com o grupo de famílias.

Durante as vivências, a família anfitriã apresentava ao membro da equipe seus planos referentes à setorização da produção agrícola, criação de animais, implantação da moradia, pontos de coleta de água e saneamento básico.

Sendo o desenho da moradia o principal anseio, a vivência e as discussões subsidiaram as atividades seguintes, nas quais as moradias sonhadas seriam materializadas graficamente. No entanto, o desenho das casas na lousa da escola só era compreendido pela equipe e por aqueles com alguma experiência sobre construção civil. Desse modo, e a partir da busca por experiências sobre problemáticas parecidas, foi confeccionada uma maquete modulada, tipo tabuleiro com peças encaixáveis simulando paredes, que as famílias manuseavam facilmente.

O ponto de partida para o uso da maquete foi a construção do modelo de moradia fornecido pelo INCRA, sendo que ainda havia dúvidas em relação à necessidade de elaborar tipologias próprias.

Depois de construído o modelo, as famílias mobiliaram a casa com maquetes de móveis; momento em que compreenderam a seguinte problemática: dois sofás e uma estante na sala impediriam o acesso às portas dos quartos se dispostos de uma maneira e o acesso a cozinha se dispostos de outra; nos quartos não cabiam duas camas e armários; e a cozinha era muito pequena para o modo de vida camponês, que necessita de duas cozinhas, sendo a interna para receber as visitas e a externa, dotada de fogão à lenha, para a rotina diária, segundo relatos das famílias.

Dessa experiência, compreende-se a importância do projeto arquitetônico como ferramenta para entender e planejar a casa em função de seu uso, dos recursos disponíveis e das necessidades familiares.

O desenho das moradias

Desde a criação do assentamento, os recursos do programa Crédito Instalação estão depósitos numa conta bloqueada, e só serão liberados após aprovação do PDA (Plano de Desenvolvimento do Assentamento) pelo INCRA, e assinados os contratos de ATES (Assistência Técnica Social e Ambiental) – que credenciam técnicos-extensionistas para o acompanhamento das famílias nos assentamentos de reforma agrária –; atrasados desde 2008.

De 2005 a 2009, o valor destinado pelo programa na modalidade Aquisição de Materiais de construção mudou de R\$5.000,00 para R\$7.000,00, depois passando a R\$10.000,00. Tais mudanças trouxeram benefícios num sentido, mas com o tempo alimentaram e ceifaram as expectativas das famílias no que se refere à construção de suas moradias; o que gerou conflitos com parte das famílias do Núcleo Santa Helena, as quais viram a equipe do projeto como representante do INCRA, obrigando a suspensão temporária das atividades no núcleo.

Partindo às atividades para a elaboração das tipologias próprias, ainda quando o valor da casa poderia alcançar R\$10.000,00, foi inserida no processo a temática materiais e técnicas construtivas.

Como as famílias tinham clareza de que a quantia era insuficiente para construir as moradias que queriam, foi apresentada a possibilidade de utilizar materiais não-convencionais, tipo tijolos de adobe e paredes em pau-a-pique, como alternativa econômica. No entanto, a maioria resistiu a proposta, justificando que a casa de adobe ou pau-a-pique é casa provisória, como barraco (isso devido às casas de adobe que construíram quando ocuparam a fazenda e que hoje já foram substituídas por “casas de material”); que gastariam muito tempo e trabalho com a produção dos tijolos; e também porque a região de Visconde de Rio Branco é grande produtora de tijolos e telhas cerâmicas, que poderiam adquirir por preços mais baixos.

Discutidas e compreendidas as justificativas, as estratégias foram reorientadas no sentido de dar mais atenção ao desenho da moradia, pensado de modo a economizar recursos e atender as necessidades das famílias (mantendo-se materiais e técnicas construtivas convencionais).

Das atividades com os núcleos Lênin e União foram definidos dois modelos de moradias, ambos medindo aproximadamente 67m², constituídas por dois quartos, sala, cozinha, banheiro e varanda/cozinha externa, com fogão à lenha e sistema de aquecimento de água tipo serpentina (acoplado ao fogão à lenha). Também foi definido o sistema de esgotamento sanitário, constituído por filtro de água-cinza e fossa evapotranspiradora.

Entretanto, no mês seguinte à definição do projeto executivo das duas moradias, chega a notícia de que os assentamentos em vias de acessar os créditos para a aquisição de materiais de construção poderiam contar com R\$15.000,00, segundo

Norma de Execução 79, expedida pelo INCRA. Tal medida demandou o retorno da equipe as vivências com as famílias, agora para buscar informações sobre as pretensões relativas ao uso do excedente de R\$5.000,00 ao qual teriam acesso.

Como os modelos de moradia foram programados para ampliações futuras, foi aberta às famílias a opção de utilizar o excedente de acordo com suas preferências. Nesse momento também foi retomado o contato com o núcleo Santa Helena, que optou por adotar umas das tipologias definidas nos outros núcleos.

As dificuldades

A vida do camponês obedece aos tempos de plantio, trato e colheita, que se estendem pelo ano inteiro. Sua permanência no campo depende de dedicação exclusiva a produção agrícola, que não serve só a subsistência, mas que busca nos excedentes comercializados a possibilidade de prover a família daquilo que não pode produzir. Em geral reserva o sábado ou o domingo para descanso, por razões religiosas. Todo o entorno de sua moradia destina-se a produção de alimentos e criação de animais, de modo que sempre tenha segurança e autonomia alimentar. Além disso, o integrante do MST participa das instâncias organizativas presentes no assentamento e das lutas do movimento social em âmbito geral.

Essa situação resultou em grandes atrasos no processo, devido à dificuldade de sincronizar os tempos da equipe com o das famílias para o cumprimento das demandas programadas, sendo que a efetividade das ações dependia da participação do maior número possível de famílias, que às vezes não estavam presentes, demandando a retomada freqüente de vários temas. Dificuldades que também são conseqüência dos atrasos e frustrações causadas pelo INCRA às famílias, que se viam enganadas e desmotivadas para participar das atividades, mesmo sendo a moradia uma das principais necessidades.

Reflexões sobre a concepção da casa

Durante a fase de projeto arquitetônico foi possível perceber diferentes concepções de casa trazidas pelas famílias, de acordo com suas origens (rurais ou urbanas).

No núcleo União, por exemplo, em que a maioria provém da região metropolitana de Belo Horizonte, definiu-se o acesso ao banheiro pelo interior da habitação e alguns participantes sugeriram a cozinha tipo americana, sem delimitações com a sala. Já no núcleo Lênin, em que a maioria das famílias provém do meio rural, o banheiro foi localizado na área externa a habitação, como nas casas caipiras tradicionais, e a divisão dos cômodos beneficiando a cozinha (área de maior permanência) em relação aos quartos e sala (área de menor permanência). Além disso, não abriram mão da integração da cozinha interna com a externa, sob uma varanda maior, aos fundos. E também distribuíram os cômodos de maneira muito parecida com a que

Antonio Candido descreve, em Os parceiros do Rio Bonito: “Obedeciam a todas (ressalvando sempre a sede) à planta comum da habitação caipira, dividida em quatro peças de parede a meia altura, sem forro” (S/N)

Mais adiante, Souza (1987) fala do sistema de moradia caipira do qual a casa é o núcleo, sendo que boa parte do conforto pessoal do morador se processo no exterior,

[...] as excreções e a higiene corporal se fazem fora, requerendo a bica d'água, provida de tábuas que permitem lavar a roupa. O milho é armazenado em paiol externo, e só o arroz e o feijão guardados na residência. A este mínimo se anexa quase sempre o forno de barro com a sua cobertura de sapé; e ao conjunto é que se pode realmente chamar de habitação rústica (SOUZA, 1987, p. 117).

O que se pode perceber nas falas de D. Luzia, assentada do núcleo Lênin, preocupada com a maneira como as famílias do Núcleo União estavam planejando a casa, com apenas uma cozinha, interna e do tipo americana:

[...] agora o problema que eu achei é o seguinte, vamos supor: na entrada da casa você faz um jardim, planta umas florzinhas e, geralmente, no fundo da casa é que você está ali limpando um porco, mexendo com a carne, chega com a lenha, você joga no fundo da casa, que é perto do fogão à lenha, e chega sei lá com saco, bagulho e joga lá, né? E como é que na entrada da casa você vai estar mexendo nisso? Você está li dispelando um porco, não é o meu caso porque não mexo com porco, mas, se você está ali mexendo com sangue e se chega uma visita?

As diferenças na importância dada por uns à sala e outros à cozinha cobram reflexões mais aprofundadas. Percebe-se que as famílias de origem urbana viram a sala como área de repouso e de recepção de visitas, como é comum na cidade; o que, de modo diferente, as famílias de origem rural fariam na cozinha interna, beneficiada em área, e também externamente, na “outra cozinha”. O tema da segunda cozinha também merece estudos mais aprofundados, sendo que durante as atividades com a maquete parecia regra a necessidade de anexar à parede contígua a cozinha interna a seqüência da cozinha, com áreas para armazenar a produção agrícola, fazer pães e preparar a carne, externamente.

A posição do banheiro, interna ou externa, também foi tema de constantes discussões, sendo as principais justificativas, o fato de que chegando da lida na roça o camponês já acessaria o banheiro sem cruzar pela casa, evitando sujá-la; e por outro lado, a preocupação com a necessidade de ter que sair da casa, principalmente à noite, para usar o banheiro, situação tida como perigosa e desconfortável.

O tipo de cobertura a adotar também foi discutido de maneiras diferentes, de acordo com a origem das famílias: a laje em concreto foi demanda de uns (de origem mais urbana), devido aos perigos com o vento, os quais a cobertura em madeira e telhas cerâmicas, presumia-se, não conseguiria proteger. Fato que os de origem mais rural desconsideraram, justificando que as casas com cobertura em telhas cerâmicas existentes no assentamento nunca foram destelhadas pelos ventos fortes.

Os quartos foram tidos por algumas famílias como espaço sem muita importância, de pequena permanência, e por outros como um cômodo necessariamente mais amplo, devido ao espaço para a TV, item extra, se comparado as outras concepções de quarto, que contavam apenas com cama o armário.

Tais diferenças de concepções também se devem a outros aspectos, mas aqui tentou-se relacioná-las (superficialmente) aos modos de vida rural e urbano, com necessidades e hábitos que precisam ser melhor compreendidos e considerados quando se pretende desenvolver processos que primam pelo diálogo e pela participação popular.

Considerações finais

As metodologias de projeto arquitetônico aplicadas pelos cursos de arquitetura e urbanismo desconsideram a participação ativa do usuário, chamado de cliente, numa relação em que não se estabelece o diálogo, a troca, e sim o comércio de um produto (o projeto), o que se compara à relação INCRA/famílias quando fornece seu modelo de casa.

Dada a problemática das metodologias fechadas e das concepções urbanas de arquitetura e modos de vida – que vêem a casa rural como casa de campo, com piscina e churrasqueira, e não como a moradia camponesa – o que se apresenta hoje como possibilidade de atuação para o arquiteto é o rompimento com os modelos e a contribuição para o desenvolvimento de metodologias mais adequadas a um projeto arquitetônico mais próximo do usuário e daqueles que demandam assistência técnica especializada, como os assentamentos de reforma agrária.

Agradecimento

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), à Associação Regional de Cooperação Agrícola da Zona da Mata de Minas Gerais (ARCA/ZM), à Fundação de Amparo a Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG), ao Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX/UFV), à Universidade Federal de Viçosa (UFV) e ao Assentamento Olga Benário.

Referências

FATHY, Hassan. Construindo com o povo: arquitetura para os pobres. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. 233p.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Norma de Execução nº 54, de 19 de junho de 2009. Diário Oficial da União, Brasília, 24 de junho de 2009.

JUCKSCH, I. A participação das famílias nos projetos de habitação, saneamento e produção em assentamento de reforma agrária. 32p. Projeto de pesquisa. Departamento de Solos. Universidade Federal de Viçosa, 2008.

NOGUEIRA, R. F. Organização sócio-espacial do assentamento Olga Benário, 2007. 63p. Monografia (Graduação em Geografia) – Departamento de Artes e Humanidades. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2007.

SHIMBO, Lúcia Z; INO, Akemi. O diálogo entre moradores e arquitetos sobre materiais construtivos sustentáveis para habitação: analisando um processo de pesquisa-ação. Ambiente Construído, Porto Alegre, v.5, n.2, p.39-51, 2005.

SOUZA, Antônio C. M. Os parceiros do rio bonito. 7. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1987. 284p.

THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez Editora, 1996.